

OPINIÃO



Economia Real

Luís Todo Bom

O GOVERNO DAS EMPRESAS

Terminou, recentemente, a 2ª edição do Programa Avançado para Administradores Não-Executivos, que coordenei, no âmbito do IPCG – Instituto Português de Corporate Governance.

Este programa intensivo percorre, em 3 dias, de atividade académica aprofundada, todas as áreas de intervenção relevantes para o exercício responsável e eficiente da atividade de Administrador Não-Executivo.

As sessões, lecionadas por professores com grande experiência académica, pedagógica e de gestão empresarial, têm, todas, um âmbito aplicacional e interativo, incluindo estudos de caso e abrangem as funções legal, de gestão estratégica e funcional, comportamental e de supervisão.

O interesse e empenho crescente dos participantes para a importância deste tipo de ações resulta da consciencialização de que o exercício da função de Administrador Não-Executivo, pelo seu grau de responsabilidade e de tecnicidade não se compadece com a existência única de bom senso.

De facto, uma empresa bem gerida é aquela que consegue compatibilizar, com êxito, a interação dos Administradores Não-Executivos, com a Comissão Executiva, aproveitando as valências e campos de atuação dos vários intervenientes, no sentido de tornar a empresa cada vez mais competitiva.

O tema da dinâmica e diversidade dos Conselhos de Administração, constitui, provavelmente, uma das áreas de maior atualidade.

A diversidade não é só de género.

Um Conselho de Administração eficiente deve contemplar, também, diversidade de formações técnicas e académicas, de gerações, de culturas e de conhecimento empresarial em diferentes sectores e ambientes internacionais.

A dinâmica não se esgota nas reuniões do Conselho de Administração.

O aproveitamento das valências e capacidades dos vários membros do Conselho, em Comissões Especializadas, grupos de trabalho e missões específicas, contribuem para o aprofundamento das relações e melhoria da eficiência deste órgão de gestão.

A qualidade da gestão das nossas empresas é crítica para o processo de crescimento e desenvolvimento económico do país, na sua evolução para produtos de maior valor acrescentado, que permita remunerar melhor os quadros nacionais.

Não podemos aceitar que se repitam experiências desastrosas e indignas do passado, com Administradores Não-Executivos que presidiam a Comissões de Auditoria a afirmarem que não sabiam o que se passava nas suas empresas e outros a declararem que nas reuniões entravam mudos e saíam calados.

Gestor de empresas

*Com um abraço, amigo,
Luís T. B.*